



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

PROCESSO SELETIVO PARA CANDIDATOS A CONSELHEIRO TUTELAR DO  
MUNICÍPIO DE GUAJARÁ/AM

### RESPOSTA AOS RECURSOS DAS QUESTÕES

#### Questão 9)

A família como bem preceitua a Constituição Federal, em seu artigo 226, “(...) base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Tal previsão legal define a importância da mesma na criação de laços sociais, de afeto no âmbito particular de cada pessoa e da própria estruturação da vida em sociedade. Logo, é por meio dela que o ser humano nasce, cresce e se desenvolve, ou seja, é o pilar central da própria existência humana. Dessa forma, o Estatuto da Criança e Adolescente quando prevê a prioridade da família natural de proporcionar o melhor interesse da criança, sendo inclusive responsável pelo zelo e pela fiscalização dos direitos infanto-juvenis juntamente com a sociedade e o Estado. Sendo assim, caso haja alguma violação ou lesão desses direitos por parte da mesma após esgotados a sua manutenção perante os laços consanguíneos, a vítima deverá ser colocada em família substituta. Nesse contexto, a opção pela pelo deferimento da família substituta exige:

- a) A expressa aceitação da criança em ser realocada na família substituta.
- b) Um ambiente familiar sadio e compatível, na qual, haja tão somente, a afinidade entre família requerente e a vítima.
- c) Todos os requisitos do artigo 165 Estatuto da Criança e do Adolescente.

**d) Nenhuma das alternativas.**

**RESPOSTA DA BANCA** - Em atenção aos argumentos descritos no recurso administrativo frente à questão n.º 9, torna-se importante referir que não se pretendeu obter do candidato apenas a interpretação quanto aos requisitos objetivos para a colocação em família substituta, previstos no art. 165, a própria redação da questão não pediu requisitos e sim dispôs **“Nesse contexto, a opção pelo deferimento da família substituta EXIGE...”**. Dessa forma as próprias alternativas inseridas na questão já foram dispostas da forma proposta visando o direcionamento ou a indução a esse contexto/resposta, na qual, seria a alternativa **“d” - nenhuma das alternativas**, visto que as disposições das alternativas quando corretas se

complementam e respondem ao pretendido pela Banca. **Portanto, a resposta correta é a soma de todas as alternativas quando devidamente corretas.**

**Como forma de explicar o pretendido, coleciona-se abaixo o quadro à resposta ao Candidato.**

Alternativa na questão	Conteúdo Que Torna a Alternativa Incorreta na Questão	Artigo Correspondente do ECA
“a”	A <b>expressa</b> aceitação da criança em ser realocada na família substituta.  (CORRETA - § 1º <b>Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por ....)</b>	<b>Art. 28 A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.</b>  § 1º <b>Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido</b> por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
“b”	Um ambiente familiar sadio e compatível, na qual, <b>haja tão somente</b> , a afinidade entre família requerente e a vítima  (FALTA NA ALTERNATIVA - <b>conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade</b> )	<b>Art. 28 A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.</b> § 3º Na apreciação do pedido levar-se-á em <b>conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade</b> , a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida. Art. 29. Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado.
“c”	Todos os requisitos do artigo 165 Estatuto da Criança e do Adolescente.  ( não são apenas os do art. 165 – objetivos enumerados - <b>Parágrafo único. Em se tratando de adoção, OBSERVAR-SE-ÃO TAMBÉM OS REQUISITOS ESPECÍFICOS – existem mais exigências )</b>	Art. 165. São requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta: I - qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste; II - indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo; III - qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos; IV - indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão; V - declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente. <b>Parágrafo único. Em se tratando de adoção, OBSERVAR-SE-ÃO TAMBÉM OS REQUISITOS ESPECÍFICOS.</b>

Dessa forma, para que a seja deferida a colocação de infante em família substituta não são observados apenas os requisitos OBJETIVOS do Art. 165 do ECA, mas sim, uma junção dos artigos descritos no quadro acima. Logo, a exigência dessa complementariedade se encontra na oitiva da criança ou do adolescente QUANDO POSSÍVEL, um ambiente familiar sadio e compatível, na qual, haja, não apenas a afinidade, mas a junção dessa com a AFETIVIDADE - entre família requerente e a vítima, além dos requisitos do art. 165 do ECA, (somados aos demais exigidos quando se estiver falando de adoção).

Dessa forma, em face da Doutrina da Proteção Integral e dos demais princípios vigentes como o melhor interesse e, pleno e sadio desenvolvimento da criança e do adolescente, a resposta não se coaduna apenas na interpretação objetiva do art. 165 do ECA, e sim da sinergia dos artigos referenciados quadro acima, os quais foram dispostos na questão de forma que o candidato pudesse interpretar o que era requerido pela Banca.

**DECISÃO DA BANCA – FRENTE AO EXPOSTO, INDEFIRO O RECURSO INTERPOSTO POR NÃO HAVER POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO COMO EXPLICITADO NOS ARGUMENTOS ACIMA DESCRITOS.**

---

### Questão 2)

**Segundo os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar é um órgão autônomo, não jurisdicional, designado pela sociedade para fiscalizar e zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Entre suas atribuições estão:**

a) Rever as suas decisões, a qualquer momento, por mandado de autoridade judiciária, em atendimento ao pedido de qualquer pessoa;

b) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

c) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

d) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

**RESPOSTA DA BANCA** - Essa questão é do tipo “**Foco negativo**” (vide os tipos de questões de múltipla-escolha em destaque, abaixo) em que as alternativas “B”, “C” e “D” estão corretas, mas a alternativa “A” não é uma atribuição do Conselho Tutelar. O intuito da questão é que o candidato saiba quais são as atribuições e marque exatamente aquela que não é uma de suas atribuições, pois na interpretação da questão considera-se todo o contexto onde se sabe que só uma alternativa é a resposta correta. Das quatro alternativas, três são corretas, então se marque, por exclusão, aquela que contradiz o enunciado. É o tipo de situação corriqueira em que se insinua e exemplifica uma situação para induzir o destaque ou revelação do seu contrário, fato que um conselheiro poderá encontrar em suas atividades junto à população.

## Tipos de questões objetivas de múltipla escolha

Conforme o próprio nome indica, questões objetivas de múltipla-escolha são aquelas que já trazem enunciadas as possibilidades de resposta entre as quais o candidato escolhe a única que responde corretamente ao problema proposto. Deve-se entender que uma questão objetiva não diz respeito somente ao tipo de resposta que solicita. É objetiva pelo enunciado direto, limpo e o mais claro e preciso. É objetiva pela organização, pela forma como o problema é contextualizado e apresentado para a análise do candidato. Questões objetivas de múltipla escolha, geralmente, são utilizadas para a avaliação de conhecimentos nos níveis conceituais e factuais. Habilidades complexas como análise crítica, produção de ideias, planejamento de estratégias, avaliação de situações e procedimentos para tomar decisões também podem ser avaliadas por questões de múltipla escolha, mas sua elaboração é, também, mais complexa.

As questões de múltipla escolha podem ser de:

1-Resposta única – é a questão que enuncia o problema ou a situação-problema na forma de pergunta e apresenta as alternativas de resposta.

2-Afirmação completa – é a questão que apresenta o enunciado do problema ou situação-problema como uma afirmação a ser completada por uma das alternativas.

3-Resposta múltipla – é a questão que apresenta uma situação contextualizada com afirmativas que lhe são pertinentes. A seguir, enuncia o problema ou situação-problema na forma de pergunta ou afirmação incompleta e apresenta uma chave de resposta. Recomendada quando se quer avaliar vários tópicos de conteúdo utilizando uma única questão.

4-Foco negativo – é a questão que apresenta várias respostas corretas e apenas uma incorreta, que é a solicitada. Esse tipo de questão deve ser usado quando a negativa seja, realmente, o conhecimento a ser avaliado. A solicitação da resposta incorreta é interpretativa, uma vez que se quer a resposta que nega a pergunta ou afirmativa.

5-Asserção ou razão – é a questão que apresenta duas afirmativas ou asserções que podem ou não ser proposições verdadeiras ou corretas, assim como podem ou não estabelecer relações entre si (causa e efeito, proposição e justificativa, princípio e justificativa, asserção e razão). Esse tipo de questão é indicado para avaliação de habilidades complexas.

6-Lacuna – é a questão que apresenta uma sentença com partes suprimidas para serem completadas com palavras ou expressões constantes das alternativas.

7-Interpretação – a questão é construída com base em texto, gráfico, tabela, gravura, fotografia e outros materiais para que o candidato faça interpretações, inferências, generalizações, conclusões e críticas.

8-Associação – é a questão que apresenta elementos com alguma relação entre si e, por isso, podem ser associados. Preencher a 2.<sup>a</sup> de acordo com a 1.<sup>a</sup>.

9-Ordenação ou seriação – é a questão que apresenta elementos para serem ordenados segundo uma determinada lógica ou critério.

10-Alternativas constantes – é a questão que apresenta alternativas tais como - certo/errado; verdadeiro/falso; fato/opinião; sim/não. Este tipo de questão é interessante quando se quer avaliar um número significativo de conceitos, fatos e características.

A escolha do tipo de questão a ser formulada depende da natureza do conteúdo, da complexidade da habilidade e do nível de competência que serão avaliados.

**DECISÃO DA BANCA – FRENTE AO EXPOSTO, INDEFIRO O RECURSO INTERPOSTO POR NÃO HAVER POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO COMO EXPLICITADO NOS ARGUMENTOS ACIMA DESCRITOS.**

## Questão 8)

Com base na prevenção especial do Estatuto da Criança e do Adolescente aponte a alternativa incorreta

a) Quando refere-se aos produtos e serviços, fica proibida a venda a crianças e adolescentes bens como armas, bilhetes lotéricos, explosivos, bebidas alcoólicas, revistas e publicações, pornografia, produtos de resultem na dependência física ou psíquica, mesmo que por utilização indevida **e todo e qualquer tipo de estampido e de artifício.**

b) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial, exceto quando se tratar de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.

c) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

d) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável ou quando estiver viajando na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro por meio de documento com firma reconhecida.

**RESPOSTA DA BANCA** - O Recurso interposto não merece prosperar, visto que a própria redação da alternativa "A" já está de forma incorreta, pois menciona todo e qualquer tipo de estampido e artifício. Nota-se que na leitura do Art. 81 do ECA, descrito abaixo, proíbe a venda desse tipo de produto, mas não exclui todos os tipos, apenas orientando a VEDAÇÃO quanto **aqueles que podem causar algum tipo de lesão à criança ou ao adolescente.** Portanto, autoriza a venda daqueles **"que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida"**. Nesse sentido, está perfeitamente descrito no artigo abaixo citado:

Art. 81. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

I - armas, munições e explosivos;

II - bebidas alcoólicas;

III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;

IV - fogos de estampido e de artifício, **exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;**

V - revistas e publicações a que alude o art. 78;

VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.

**DECISÃO DA BANCA – FRENTE AO EXPOSTO, INDEFIRO O RECURSO INTERPOSTO POR NÃO HAVER POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO COMO EXPLICITADO NOS ARGUMENTOS ACIMA DESCRITOS.**